

Contribuições à crítica do individualismo metodológico na Economia

Fernando Chafim¹
Conrado Krivochein²

Subárea: 1.1 - Metodologia e Caminhos da Ciência

RESUMO

Pode-se dizer que o individualismo metodológico é um dos temas mais antigos e polêmicos na história do pensamento econômico. Isso se deve ao seu amplo uso na Teoria Econômica, tanto pelos seus defensores, quanto pelos seus críticos. As dificuldades sobre o assunto se iniciam no próprio significado do conceito e sobre suas consequências às ciências sociais, em especial a Economia. Neste debate, o problema da regressão infinita se destaca como uma crítica relevante ao individualismo metodológico, objetivando estabelecer seus problemas na prática. No entanto, uma análise mais profunda das justificativas e dos pressupostos do conceito pode encontrar ligações úteis do termo e seu problema com as dimensões epistemológicas e ontológicas. Por conta disso, procura-se nesse artigo expor que tal crítica é constituída devido às debilidades ontológicas do princípio individualista e, dessa forma, podemos tornar a crítica ao individualismo metodológica mais potente.

PALAVRAS-CHAVE: Individualismo Metodológico. Instrumentalismo. Ontologia. Problema da regressão infinita.

ABSTRACT

You could say that methodological individualism is one of the oldest and most controversial topics in the history of economic thought. This is due to its widespread use in economic theory, both by its advocates, and by its critics. The difficulties on the subject begin in the very meaning of the concept and its consequences on the social sciences, especially economics. In this debate, the infinite regress problem stands as a critique relevant to methodological individualism, aiming to establish their problems in practice. However, a deeper analysis of the justifications and assumptions of the concept may find the term useful links and your problem with the epistemological and ontological dimensions. For this reason, this article seeks to expose that such criticism is made due to the weaknesses of the ontological principle individualistic and thus can make a critique of the most powerful methodological individualism.

KEYWORDS: Methodological Individualism. Instrumentalism. Ontology. Infinite Regress Problem.

‘What did the critics of the classic system have in mind when they attacked its individualistic principle?’ (Schumpeter, 1909, p. 2)

¹ Mestrando em Economia pela UNICAMP e formado em Ciências Econômicas pela UFF. chafim@eco.unicamp.br

² Mestrando em Economia pela UFBA e formado em Ciências Econômicas pela UFF. raconra@gmail.com

1. Introdução

Qual é a importância do individualismo metodológico na Economia? Quais são as justificativas para a adoção deste procedimento? Seus problemas são puramente metodológicos ou possuem uma contrapartida ontológica? Para elaborar uma resposta a essas questões, nossa estratégia consiste em, na seção subsequente, oferecer um breve panorama histórico do individualismo metodológico, vendo assim o grau de autoridade teórica que este conceito adquiriu na Economia. Na terceira seção, abordaremos as controvérsias que envolvem o conceito, bem como suas defesas. Com isso, podemos criticar as hipóteses que formam algo como um “cinturão protetor” ao redor do princípio individualista. Na quarta seção, mostraremos que o problema da regressão infinita elimina a defesa instrumentalista do individualismo metodológico, assim como revela sua debilidade ontológica. E, por fim, traremos algumas observações preliminares.

O presente texto tem como finalidade destacar que: 1) as principais defesas do individualismo metodológico ou são simplistas, ou tem enfraquecido o próprio significado do termo; 2) sua prática é impossível, não só a guisa de explanação, mas também em termos existenciais e cognitivos. Desta forma, a contribuição pretendida por este artigo é indicar que o problema do individualismo metodológico está ligado à sua dimensão mais profunda, isto é, na visão de mundo que o pressupõe ou o incentiva.

2. Do Atomismo ao Individualismo Metodológico

A visão de mundo atomista entende as entidades como providas de qualidades exclusivamente internas, ou seja, independente de qualquer interação. As primeiras concepções atomistas são identificadas na Grécia Antiga, em particular com teóricos como Leucipo e Demócrito. Essa ontologia ganhou relevância através de outros estudiosos associados ao Iluminismo, como Galileu, Newton e Descartes, constituindo assim as bases da ciência natural. Com base no atomismo estabeleceu-se um método de explicação que consiste na decomposição do fenômeno, buscando entendimento nos seus componentes fundamentais, ou seja, os átomos (Hodgson, 1997, p. 256).

Com o sucesso da física newtoniana, entendida como a ciência mais desenvolvida sob o paradigma iluminista, o atomismo rapidamente se expandiu para outros saberes, como as

nascentes ciências do estudo da sociedade. A ciência política, por exemplo, representada por Thomas Hobbes e John Locke, explicava a sociedade e o Estado como resultante das ações individuais, dentro da percepção do homem em seu “estado de natureza”. O atomismo nos estudos sociais ostentou o indivíduo³ humano como a unidade de análise básica e o objeto de investigação, estabelecendo assim o princípio individualista.

No estudo da dimensão econômica da sociedade, a concepção individualista existe desde os primeiros teóricos da Economia Política. Adam Smith, por exemplo, argumentou que os indivíduos, independentes das interações sociais, buscavam se relacionar apenas para realizar seus interesses, criando um arranjo social harmonioso e desenvolvido em termos econômicos. Jeremy Bentham e John Stuart Mill sugerem o utilitarismo como uma maneira de explicar as relações econômicas como um epifenômeno do comportamento humano; já este último é entendido como a simples busca de maior prazer e menor dor (Bentham) ou a máxima utilidade e mínima desutilidade (Mill). Portanto, ainda na Economia Política Clássica o individualismo já se tornara predominante, apesar de existirem algumas exceções⁴.

No final do século XIX, período em que a Economia Política Clássica começa a perder sua influência, indicando uma crise⁵, emergem metodologias anti-individualistas no interior da disciplina econômica. Marx, com sua herança hegeliana, ressaltou a importância das estruturas sociais na compreensão da sociedade capitalista. A Escola Histórica Alemã argumentou que os contextos sociais e culturais, assim como aspectos geográficos e históricos, determinam o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, uma análise eficaz da sociedade não poderia ser amparada no individualismo. Em suma, tanto os herdeiros da tradição marxista⁶, quanto a Escola Histórica Alemã adotaram o holismo

³ O conceito de indivíduo é, naturalmente, entendido como um objeto, seja concreto ou abstrato, que é indivisível, ou é tratado como uma unidade em algum contexto ou em algum nível. Por exemplo, as pessoas são indivíduos em ciências sociais, mas não na biologia, que são tratados como sistemas altamente complexos (Bunge, 2000, p. 384).

⁴ Existem teóricos, como Thomas Malthus, que não compartilhavam do individualismo. Ademais, há trechos e textos de autores considerados individualistas que não se enquadram no individualismo. Apesar disso, como a maioria de seus textos assumem a forma individualista, o consideramos como tal.

⁵ David Ricardo, nos passos de Smith, elabora uma teoria do valor absoluto para a economia, mas que viria a apresentar disparidades na distinção entre agricultura e a indústria, sendo alvo de críticas. Apesar da influência do pensamento Ricardiano na teoria econômica, sua teoria estabeleceu as bases para o posterior debate metodológico que marcaria o pensamento econômico ao final do século XIX.

⁶ De fato alguns teóricos tem ressaltado que Marx não se insere no holismo ou coletivismo, mas sim numa concepção relacional ou sistêmica da sociedade. (Bhaskar, 2001, p.7). Ainda assim, grande parte da, mas não toda a, tradição marxista tem assumido o holismo.

como saída à concepção individualista da sociedade.

Não tardou para os individualistas atacarem o holismo e resgatar sua influência na Economia. A concepção holista da sociedade foi duramente criticada por sua incompatibilidade com a noção de liberdade individual das pessoas, uma vez que pressupõe a determinação dos indivíduos pelas entidades sociais. Contrários ao holismo, os individualistas argumentam que Estado, Igreja, Deus e outras totalidades sociais devem ser entendidas como resultado dos indivíduos. O resultado desta “cruzada” individualista foi que, até países com teóricos tradicionalmente holistas, como a Alemanha, tiveram seus representantes individualistas como Weber.

Já países com tradição política liberalista, como a Inglaterra, França e Áustria, sempre tiveram afinidade com a noção individualista da sociedade. Na Inglaterra, o teórico Jevons defendeu que totalidades sociais não são mais que somatórios de indivíduos isolados e, por isso, as leis referentes aos casos individuais são as mesmas leis que regem a sociedade. Na França, Walras sistematizou matematicamente o axioma smithiano de que a ação dos indivíduos – antes movida pelo egoísmo, mas agora buscando maximizar sua satisfação – levaria à harmonia social ou ao equilíbrio das relações sociais (Mazzucchelli, 2003). Na Áustria, Menger usou a expressão “método analítico-compositivo”, para se referir à análise científica que se inicia na observação empírica do indivíduo. Em suma, os três teóricos defenderam que o estudo da economia seria a compreensão dos indivíduos, cuja lógica é amparada na teoria da utilidade marginal. Suas contribuições foram fundamentais na formação da teoria neoclássica e tiveram tamanho impacto, que denominaram de Revolução Marginalista.

Observando a postura teórica dos marginalistas, e em especial a de Menger, no contexto da *Methodenstreit*⁷, Schumpeter⁸ identifica um princípio relevante, denominando-o de individualismo metodológico (doravante IM). A indagação inicial de Schumpeter, na

⁷ A *Methodenstreit* ou “Batalha dos Métodos” foi o período de uma sucessão de publicações, onde Menger criticou os métodos usados por Schmoller e este criticou os métodos usados por Menger. Deste debate se estruturam as bases da teoria econômica hegemônica, como a conhecemos atualmente. No entanto, tal debate, apesar de ainda levantar questões não resolvidas no pensamento econômico, não se encontra tão presente nos ensinamentos universitários da disciplina.

⁸ De acordo com Silva (2002, p.111), a fase “jovem” do Schumpeter, é considerada a primeira etapa intelectual do autor que dura até o livro: Teoria de Desenvolvimento Econômico, em 1911.

epígrafe deste trabalho, pode ser entendida como um questionamento sobre a validade das críticas levantadas ao princípio individualista. O IM expõe que o indivíduo é o ponto de partida correto (ou o melhor até o momento) a ser utilizado pelas teorias econômicas para se alcançar fins práticos. Deste modo, o conceito não tenta explicar nem generalizar o comportamento do homem, mas apenas indicar que as relações econômicas devam ser sistematizadas e modeladas utilizando os indivíduos como causa primária. Com efeito, o IM não tem propostas específicas, nem pré-requisitos comportamentais, apenas baseia certos processos econômicos nas ações dos indivíduos (Schumpeter, 1909, p. 3).

Como enfatizado por Schumpeter, por mais que as ações individuais sejam determinadas por influências sociais como família, regras ou classes sociais, o importante é que as explicações das relações econômicas devem ser baseadas no comportamento individual, tornando-as mais práticas para a teoria econômica. Para Schumpeter, uma teoria científica não precisa explicar as causas dos fenômenos; este procedimento compete à metafísica. A função da ciência é estabelecer as relações funcionais entre os fenômenos observados. Como tais fenômenos econômicos se alteram de acordo com variações em níveis individuais, o IM passa a ser visto como o corolário científico mais adequado à teoria econômica (Schumpeter apud Silva, 2002, p.125).

Com a criação do IM, por Schumpeter, no âmbito da Economia, o conceito também foi proclamado em outras esferas das ciências humanas. É possível encontrar seu uso explícito em filósofos da ciência como Popper, no behaviorismo da Ciência Política e no institucionalismo da escolha racional da Sociologia. No interior da teoria econômica, o IM é frequentemente anunciado por tradições, como a escola austríaca, o marxismo analítico, a economia das convenções, o pensamento neoclássico e a nova economia institucional (Théret, 2001). Recentemente⁹, a filiação ao termo é mais forte nas duas últimas escolas de pensamento econômico, que, sem ser mera coincidência, são consideradas o *mainstream*¹⁰ da teoria econômica atual.

⁹ Optamos por não incluir a tradição austríaca nas apresentações subsequentes por identificarmos que tem se encontrado teóricos dessa tradição renunciando o IM e, até mesmo, questionando qualquer forma de filiação por parte de autores clássicos dessa tradição, como, por exemplo, Hayek (Hodgson, 2007).

¹⁰ O termo *mainstream* utilizado no texto refere-se ao conceito de “economia *mainstream*” elaborado por Dequech (2007-2008: 281): “mainstream economics is that which is taught in the most prestigious universities and colleges, gets published in the most prestigious journals, receives funds from the most important research foundations, and wins the most prestigious awards”.

A importância do IM na tradição neoclássica é reconhecida por Lawrence Boland que afirma ser uma das duas regras metodológicas da “agenda oculta”¹¹ neoclássica. Segundo o autor, o significado do IM na agenda neoclássica surgiu através de Mill e Pareto. Esta versão do IM implica a regra de que todos os fenômenos econômicos devem ser explicados em termos de estados psicológicos¹² (Boland, p.33, 2003).

Um arquétipo esclarecedor da força do IM na tradição neoclássica pode ser encontrado no movimento da microfundamentação da Macroeconomia. A partir da década de 70, teóricos como Lucas e Sargent questionaram a validade das teorias macroeconômicas, acusando-as de não possuírem fundamentos rigorosos. Obviamente estes teóricos reclamavam a ausência dos modelos comportamentais da microeconomia neoclássica, na base dos agregados macroeconômicos.

Explicar fenômenos econômicos em termos de agregados sociais, como verificado na macroeconomia keynesiana, não condizia com o IM. O movimento da microfundamentação se baseou filosoficamente, de acordo com Hoover (2006, p.6), na ideia de que o indivíduo é o único ser existente na economia e, por isso, entidades macroeconômicas devem ser explicadas através do comportamento individual.

Além dos agregados, outro conceito social que adquiriu importância, mas apenas sob a tutela individualista, foi o termo “instituições”. De acordo com Boland (2003, p.91) a Nova Economia Institucional (NEI) é uma tentativa dos economistas neoclássicos em destacar as instituições. A NEI assemelha-se ao institucionalismo americano por aceitar algumas contribuições das instituições na vida econômica. Ainda assim, se difere desta última, pelo uso do IM atrelado à hipótese do indivíduo racional e com funções de preferência. Consequentemente, muitos teóricos se consideram neoclássicos por acreditarem estar

¹¹ Boland (2003) refere-se ao termo “agenda oculta” como questões de amplo âmbito metodológico que são tidas como dados adquiridos pela agenda (enquanto um receituário amplamente utilizado) neoclássica, não sendo necessário serem discutidas. A agenda oculta, a qual o autor se refere enquanto fundamento da metodologia neoclássica incorpora dois problemas metodológicos: “Problema da Indução”; e o “Problema Explanatório do Individualismo” (p. 9).

¹² Boland prefere o uso do termo “variável exógena” e além do estado psicológico também estão incluídos os constrangimentos naturais.

reformulando e aprofundando modelos, sem romper com as prerrogativas fundamentais da tradição neoclássica (Conceição, 2002).

A NEI pode ser distinguida em, pelo menos, duas vertentes. A primeira se destaca pelos trabalhos de Oliver Williamson, cujo enfoque principal está no estudo da empresa moderna com sua constituição interna e relações externas. A segunda vertente tem como mentor Douglass North¹³ e está interessada na influência das instituições no desenvolvimento político e econômico da sociedade. Assim, nos resta observar se existe a relação do IM com essas vertentes.

Com a noção de custos de transação, elaborada por Coase, Williamson aprofundou analiticamente os aspectos internos da firma. A governança corporativa¹⁴ para o autor é formada tendo por base dois pressupostos comportamentais dos indivíduos. O primeiro é a racionalidade limitada, onde o indivíduo, mesmo sendo racional, possui capacidade cognitiva limitada, sendo este impedido de absorver as informações necessárias para maximizar sua utilidade, resultando no julgamento de suas ações como satisfatórias ou não. O segundo pressuposto, o oportunismo, faz alusão ao auto-interesse aprofundado com a possibilidade de o indivíduo agir de forma dolosa às outras partes envolvidas na transação. De tal modo, a existência dos custos de transação e a necessidade dos contratos como forma de minimizar as incertezas comportamentais dos agentes é explicada inteiramente ao nível individual (Abramovay, 2004).

Conforme ressaltado por Granovetter (2007), a análise de Williamson se assemelha ao esquema teórico de Hobbes. Lembrando que Hobbes parte de indivíduos atomizados em seu “estado de natureza”, inseridos em uma situação de desordem e, por isso, abrem mão de parte de seus direitos para criar o Estado, um contrato social que ao restringir a liberdade individual possibilita uma sociedade mais organizada. Na abordagem de Williamson os agentes no processo de mercado são indivíduos atomizados e com seus padrões comportamentais formados *a priori*, assim como o estado de natureza hobbesiano. Quando o processo é hierarquizado, isto é, quando existe a necessidade de relações mais longas, os agentes estabelecem contratos como forma de harmonizar seus interesses e

¹³ Quando nos referirmos a North estaremos focando seus trabalhos iniciais, portanto, antes da consideração do papel cognitivo das instituições (Dequech, 2002).

¹⁴ A governança corporativa é entendida como os as relações e processos instituídos que regulam a maneira como os atores internos à firma devem se comportar e como a empresa é controlada.

evitar incertezas comportamentais, da mesma forma que o Estado surge em Hobbes. Por fim, podemos notar que o IM está presente na teoria dos custos de transação, visto que os fenômenos e conceitos econômicos são explicados pelos indivíduos e seus respectivos estados psicológicos como *causa causans* de todo o processo econômico.

A segunda vertente da NEI, exemplificada por North¹⁵, entende a economia como composta por indivíduos, cuja ação é dificultada pela incerteza. Esta última resulta da impossibilidade dos agentes em conhecer as premissas e os pontos de vista que fundamentam o comportamento dos outros agentes. Deste modo, a instituição aparece como a regularidade das interações estratégicas individuais eficientes ou, segundo North, “as instituições são restrições humanamente inventadas que estruturam a interação humana” (*apud* Conceição, p. 128). Neste sentido, a instituição oferece incentivos aos indivíduos no sentido de minimizar a incerteza sobre os resultados de suas ações, possibilitando a maximização da utilidade de cada agente.

O sujeito da tradição neoclássica, com sua preferência dada, maximizava sua utilidade por meio da perfeita informação e racionalidade. Agora, na NEI, o agente confia na informação fornecida pela instituição e, com isso, age racionalmente de acordo com os preceitos institucionais para maximizar sua utilidade. Com o processo de aprendizado e interação dos agentes, instituições menos eficientes são sucessivamente abandonadas pelos indivíduos, enquanto surgem instituições cada vez mais eficientes, proporcionando, a longo prazo, um arranjo institucional progressivamente mais eficiente.

A influência das instituições, para os economistas da NEI, é puramente restritiva e incentivadora, ou seja, tem um efeito secundário sobre os indivíduos. Suas preferências são exógenas a qualquer modelo, enquanto que as instituições são explicadas inteiramente em termos cognitivos dos indivíduos (Dequech, 2011, p.607). Assim, podemos indicar que a NEI tem considerado o IM, mesmo introduzindo as instituições na realidade econômica e social.

3. Retirando os bloqueios e justificativas do individualismo metodológico

Conforme apresentado, o IM permanece influente na Teoria Econômica, em especial

¹⁵ Insistimos que essa apreensão teórica de North se refere aos seus trabalhos iniciais. Destarte convém indicar que o próprio North se declara adepto do IM (Abramovay, 2004, p. 50).

no *mainstream* da disciplina. Apesar da filiação explícita, e muitas das vezes implícita, de economistas ao termo, seu significado está distante de um consenso aceitável. A ampla associação ao IM por muitos teóricos denota sua importância, no entanto, resulta em interpretações diferenciadas do conceito tanto na Economia, quanto em outras disciplinas. Por conseguinte, é mister apreciarmos as principais formas do IM e seus significados, assim como suas imprecisões e, com isso, avaliarmos a consistência do IM.

Grande parte da diversidade de significados do IM emerge a partir de confusões sobre as dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas da Economia (Hodgson, 2007, p. 213). Estas três subdivisões da filosofia são sutilmente interrelacionadas e suscitam confusões no interior do próprio debate filosófico. Assim não é estranho esperar que economistas, que normalmente não se interessam por tais assuntos, também se confundam com tais temas¹⁶.

A dimensão mais básica e fundamental de toda prática social, inclusive a teorização científica, é ontológica e consiste no estudo de entidades ou coisas¹⁷ que existem e suas respectivas propriedades. A ontologia social e econômica, foco de nosso trabalho, é o estudo do que existe na realidade social, isto é, das entidades ou coisas sociais e econômicas. As proposições ontológicas no âmbito social geralmente incluem termos como “são”, “existem” ou “reais” e se referem a indivíduos, instituições, estruturas, relações e suas configurações.

A epistemologia é o ramo da filosofia que estuda o conhecimento do ser. Nas ciências sociais, as afirmações epistêmicas se focam no que se pode ser conhecido a respeito de entidades sociais. A relação com a ontologia é estreita e necessária, dado que a investigação ontológica delibera quais são as propriedades da realidade social, que orientam a ciência na formulação de teorias do conhecimento.

Neste sentido, a possibilidade de gerar conhecimento sobre algum objeto, pressupõe a

¹⁶ Grande parte dessa confusão entre epistemologia, ontologia e metodologia se originou no paradigma positivista da ciência e resultou em um distanciamento da Economia dos debates metafísicos. Para maiores detalhes, vide: Duayer, M.; Medeiros, J. L.; Paineira, J. P. 2000. Desventuras Filosóficas na Ciência Econômica (Naturalização da Sociedade do Capital e Relativismo Ontológico). In: Encontro Nacional de Economia Política, 5, 2000, Fortaleza.

¹⁷ Seguindo a mesma definição filosófica de Bunge que uma coisa é algo que compartilha a propriedade da mutabilidade. Tanto faz se tais coisas são “naturais ou artificiais, físicas ou químicas, biológicas ou sociais, perceptíveis ou imperceptíveis” (Bunge, 2010, p.34).

existência deste, assim como suas propriedades que tornam seu conhecimento possível. Por exemplo, “porque paus e pedras [objetos] são sólidos [propriedade do objeto] que podem ser apanhados e atirados; e não é porque podem ser apanhados e atirados que são sólidos” (Bhaskar, 2001, p.1). Logo, qualquer informação sobre algo que existe sempre está implicada por uma proposição que defina como tem de ser tal entidade para que o conhecimento ao seu respeito seja possível. Este fato comprova que toda epistemologia pressupõe uma ontologia.

Além da distinção entre a epistemologia e ontologia, faz-se necessário compreender a relação entre epistemologia e metodologia. As proposições indicativas sobre o conhecimento do ser são epistemológicas e normalmente estão associadas a palavras como “pode”, enquanto as declarações imperativas sobre o conhecimento do ser são metodológicas e incluem palavras como “deve”. Prontamente percebemos que o âmbito metodológico é a contrapartida normativa do domínio epistemológico (Bunge, 2000, p.393).

Estabelecida a ligação necessária entre o âmbito metodológico e epistemológico, assim como este último e a dimensão ontológica, podemos entender que são domínios distintos, apesar de interrelacionados. Uma vez explicitado estes três domínios filosóficos podemos compreender a confluência dessas dimensões com o individualismo, assumindo as seguintes formas: individualismo ontológico (IO), individualismo epistemológico (IE) e o já mencionado IM.

De acordo com Udehn (2003, p.354), dos três níveis em que o individualismo tem sido afirmado, o nível ontológico é, em certo sentido, o mais definitivo. Para Kincaid (2004, p.300) existem pelo menos três versões do IO associado às seguintes declarações: (a) só existem indivíduos; (b) a sociedade ou entidades sociais são compostas de, e não existe nada mais que, pessoas; (c) existem entidades sociais, mas estas não agem de forma independente dos indivíduos.

Em uma análise mais detalhada, Bunge (2000, p.386) sugere que o IO é a tese de que todo objeto possível, é um indivíduo ou uma coleção de indivíduos. Existe, entretanto, nos termos de Bunge, duas dosagens do IO, a saber, uma radical e outra moderada. A primeira versão postula que as propriedades dos indivíduos são independentes dos outros indivíduos ou de qualquer condição social, ou seja, são “naturais”. Esta versão radical é consistente

com o atomismo, onde todas as propriedades do existente se esgotam na sua individualidade.

A variante moderada do IO também aceita as propriedades naturais do indivíduo. No entanto, considera os indivíduos como primário em todos os sentidos e comumente rejeita a existência de sistemas ou totalidades. Cabe ressaltar que essa versão só se enquadra no IO por negar propriedades sistêmicas ou emergentes. Na verdade, seu critério de realidade ou existência se torna mais brando, visto que confere existência a algo sem propriedades particulares.

Observando as teses de Kincaid e os conceitos de Bunge, percebemos que as teses (a) e (b), dando caráter existencial exclusivo ao indivíduo, são consistentes com IO radical. Já a tese (c) proporciona caráter existencial, incógnito, a entidades sociais, além de ressaltar a propriedade elementar e exclusiva do indivíduo, sua capacidade de agir. Somente neste sentido, isto é, entidades abstratas e desprovidas de propriedades, esta última tese está de acordo com a versão moderada do IO.

Antes de iniciarmos nosso exame do IM, ainda convém nos atentarmos para o IE. Isto porque, e ainda em aquiescência com Udehn (2003, p.353), o nível epistemológico também é considerado mais básico do que o metodológico. O IE consiste na ideia de que para se conhecer a realidade é possível, e suficiente, conhecer apenas os indivíduos. Para Bunge (2000, p.391), a lógica do IE, também conhecida como atomismo lógico, é que qualquer elemento cognoscível é apenas uma conjunção ou disjunção de duas ou mais proposições atômicas, cada uma, descrevendo um fato atômico.

Uma confusão recorrente no âmbito epistemológico é igualar o conceito de reducionismo ao conceito de individualismo. O primeiro termo se refere à relação entre teorias de domínios distintos e postula que teorias do domínio A podem explicar tudo que as teorias do domínio B explicam, ou mais. Isto implica a relação de que o IE é sempre reducionista, mas o reducionismo não é sempre individualista. Outro exemplo clássico do reducionismo é o holismo, já apresentado. Dessa forma, a dicotomia individualismo e holismo nada mais é que uma querela reducionista.

Tendo, então, sistematizado o individualismo nas dimensões ontológica e epistemológica, podemos adentrar em uma análise conceitual mais profunda sobre o IM. Em conformidade com Udehn (2003, p.352), uma explanação, que pretende estar de acordo com o IM, deve satisfazer os seguintes princípios normativos:

(α) A definição de conceitos sociais. Isto é, os conceitos sociais precisam ser definidos em estados psicológicos dos indivíduos. Por exemplo, em North, o conceito de instituição é definido em termos de modelos mentais dos indivíduos. Esta é uma conceituação em termos de estados psicológicos.

(β) A explicação de fenômenos sociais. Ou seja, os fenômenos sociais devem ser explicados em termos dos estados psicológicos dos indivíduos. Por exemplo, o fenômeno econômico do equilíbrio competitivo é explicado em termos de preferências atomisticamente formadas de consumidores e produtores. Uma vez iniciada a interação econômica entre estes agentes, haverá trocas até o momento em que suas utilidades serão maximizadas, resultando em uma situação onde os agentes cessam suas transações, entrando em equilíbrio.

(γ) A redução das leis sociais a leis psicológicas. Um modelo onde é perceptível esta redução é a Lei de Walras. Resumidamente, esta lei mostra que os consumidores, com suas preferências, maximizam sua utilidade ao gastar sua renda na compra de bens. O resultado desta implicação psicológica é que o valor da demanda agregada excedente de todos os mercados é zero.

Em geral, o IM assume as suposições acima. Num primeiro momento podemos acreditar que o IM é a única consequência lógica do IO e IE. A relação do IM com o IE não tem sido contestada, dado que sua ligação é trivial, uma vez que só se deve explicar fenômenos, conceitos e leis sociais em termos individualistas (IM) se existir essa possibilidade (IE). Apesar disso, como veremos adiante, a defesa instrumentalista do IM supostamente independe dessa condição.

Agora, a ligação do IM com o IO é mais contestada. Udehn (2001, p.350:1), por exemplo, tem apontado que, por um lado, pode-se argumentar que os fenômenos sociais são demasiado complexos para uma ciência social individualista ser possível. Com isso, é necessário usar os conceitos sociais como um epítome para os indivíduos e,

consequentemente, aceitar explicações não puramente individualistas, ou seja, o IO sem IM. Por outro lado, é possível acreditar na existência de totalidades sociais e defender o IM argumentando que só se tem "acesso direto" às ações de indivíduos e não às ações de totalidades sociais, isto é, o IM sem IO.

O uso do IO sem o IM indica um problema com o conceito de complexidade. De acordo com Prado (2007, p.20-21), o conceito de complexidade, mesmo em suas diversas concepções, sempre remete a propriedades sistêmicas da realidade, ou seja, confere propriedade e consequentemente existência às totalidades ou fenômenos sociais. Dessa forma, notamos que tal defesa do IO é problemática, uma vez que só é possível usando um conceito exageradamente simplista ou alegórico da complexidade.

A versão do IM sem IO, apresentada por Udehn, é defendida pela tese epistemológica de que somente os indivíduos são cognoscíveis, porque apenas a eles se tem acesso direto. Esse argumento é, na melhor das hipóteses, anacrônico, porque a ciência moderna, em todos os seus saberes fracionados, não trabalha apenas com objetos de acesso direto. As ciências naturais há muito tempo trabalham com objetos não observáveis como átomos ou partículas subatômicas, campos magnéticos e *spins*, cujo critério de existência está na sua capacidade de produzir efeitos. Dessa forma, a ontologia composta por indivíduos e totalidades sociais resulta na tese epistemológica de que é possível conhecer os indivíduos, assim como as totalidades sociais, mesmo que indiretamente.

A última tentativa de defesa do IM que independe o IE e do IO é feita através da adição das hipóteses instrumentalistas no âmbito metodológico. Esta prática tem sido comum na ciência econômica e é possível perceber certa continuidade neste argumento desde Schumpeter, passando pela agenda neoclássica e em autores da NEI.

O conteúdo do IM schumpeteriano tem sido amplamente ignorado nos debates, aparecendo somente como uma referência histórica. Hodgson (2007, p. 212), por exemplo, afirma que “Schumpeter deu ao termo um significado que é menos importante hoje”¹⁸. Para Udehn (2000, p. 105-6) o conceito não é nenhuma tese sobre a realidade social ou maneira correta de explicar, mas apenas um procedimento real da economia teórica. De fato concordamos com a primeira afirmação de Udehn que o IM schumpeteriano não propõe

nenhuma tese específica e explícita sobre a realidade social, até porque se assim o fosse, seria o caso do IO e não do IM.

A ideia de que Schumpeter não considerava o IM como um procedimento científico correto, mas apenas um método dentre outros métodos científicos, indica ser inconsistente em uma análise mais detalhada. Esta confusão parece ser fundamentada pela incompreensão a respeito da importância que tem a economia teórica ou economia pura¹⁹ para o autor. A conciliação do paradigma marginalista com o paradigma da Escola Histórica Alemã não é uma forma de incluí-los na mesma ciência. Na verdade, as investigações da economia pura foram vistas por Schumpeter como a única realmente científica na Economia (Silva, 2002, p. 115).

Os problemas tratados pela Escola Histórica Alemã são, para Schumpeter, questões metafísicas ou de outras disciplinas como a sociologia e consequentemente seus métodos são voltados para esses dilemas. Isto não quer dizer que esses objetos sejam irrelevantes ou obsoletos, mas significa que a hipótese teórica do IM é a única condizente com a ciência econômica.

Em alguns problemas de sociologia ou da vida política etc., não temos nenhuma escolha a não ser partir da totalidade social. Em outros casos, como o fenômeno do mercado [...] não existe outra escolha fora começar pelo individual (Schumpeter *apud* Silva, 2002, p. 125).

A justificativa à adoção do IM é puramente prático-instrumental, ou seja, não é uma questão de veracidade ou realidade, mas sim da sua capacidade em formular teorias cada vez mais simples e com melhores descrições funcionais dos fenômenos econômicos. Estabelecer as relações funcionais dos fenômenos é a função da ciência instrumental, sendo que suas causas convêm à metafísica e não fazem parte da atividade científica. Para nossos propósitos é suficiente indagar que a defesa do IM em Schumpeter está amparada na epistemologia instrumentalista onde as teorias são entendidas como meros instrumentos e, assim como qualquer ferramenta, devem ser avaliadas pela sua eficiência (Silva, 2002).

Mesmo com diferenças em relação ao instrumentalismo schumpeteriano, o instrumentalismo neoclássico, introduzido principalmente por Friedman²⁰, na verdade,

¹⁹ A Economia Teórica é a Ciência Econômica “cujo núcleo é, para Schumpeter, a economia walrasiana” (Silva, 2002, p.111)

²⁰ Apesar de ser a principal referência, Milton Friedman tratou desse assunto apenas em um único

combina elementos da filosofia instrumentalista e convencionalista. Além disso, a própria constituição do instrumentalismo na tradição neoclássica é híbrida, no sentido de incluir elementos de outras vertentes filosóficas como o falsificacionismo popperiano e lakatosiano (Caldwell, 1980).

A despeito de o método neoclássico ter origens diversas, é o instrumentalismo que advoga a tese metodológica de que as hipóteses das teorias não devem ser realistas, ou melhor, as suposições teóricas não necessitam de um estatuto ontológico consistente. A justificação instrumentalista do IM é postulada por causa de sua simplicidade e adequação empírica, sendo esta última entendida como capacidade preditiva. (ibid, p. 368) Assim sendo, percebemos que a base apologética do IM na tradição neoclássica, assim como em Schumpeter, não está amparada no IO, nem mesmo no IE.

Falar sobre posições metodológicas da NEI não é simples, devido a inexistência de consensos e, em parte, por ser vista como pertencente à tradição neoclássica. Ainda assim, existem algumas diferenças da tradição neoclássica, como a consideração de que a realidade da teoria é importante. O uso das instituições tem sido considerado pela NEI como uma alternativa mais realista à tradição neoclássica. No entanto, existem alguns indicativos de que a justificativa da adoção do IM é de caráter instrumental. Por exemplo, Hejdra *et al.* (1988) em sua defesa do IM da NEI contra o suposto holismo metodológico marxista, argumenta que o IM é o único método capaz de gerar proposições passíveis de avaliações empíricas. Já Van Hees (1997, p.54), também defendendo o IM na NEI, isenta o conceito de críticas ontológicas advertindo que o IM não tem relação com o IO e que sua prática se deve ao seu caráter prático-instrumental.

Conforme foi apresentado, o IM criado por Schumpeter e professado pela tradição neoclássica e pela NEI segue uma continuidade cuja validação está associada ao seu caráter prático-instrumental. E esta aceitação é supostamente considerada independente de posições epistemológicas e ontológicas. Ao contrário desta suposição mostraremos que não é possível desvincular a metodologia do âmbito epistemológico e ontológico.

4. Refazendo a crítica ao individualismo metodológico

Com o IM atrelado ao instrumentalismo percebemos que a sua ligação com o IO ou o

artigo de 1953, intitulado: “*The Methodology of Positive Economics*”.

IE é desnecessária. A aceitação do primeiro independe dos dois posteriores e, consequentemente, criticar o IO ou o IE não invalida o IM. Esta suposta independência do IM é perceptível em trabalhos de teóricos que defendem o IM, como Udehn, e por autores que o criticam como Hodgson. A princípio aceitaremos esta desvinculação do IM, somente para exibir que o conceito, ainda assim, é problemático. Após esta exposição, mostraremos que a independência do IM é apenas aparente e que sua dificuldade está diretamente ligada aos problemas ontológicos do individualismo, ou seja, sua relação com o IO.

A relevância do “problema da regressão infinita” exposto por autores como Hodgson e Nozick tem criticado o IM em seu próprio terreno, a metodologia. De acordo com estes autores, qualquer projeto explanatório que pretende abordar os fenômenos e conceitos sociais inteiramente explicados em termos de indivíduos isolados e seus estados psicológicos resulta na inclusão velada de outros conceitos sociais não explicados em termos de indivíduos.

Para Hodgson (2007) a tentativa prática do IM sempre pressupõe estruturas sociais²¹. Mencionar conceitos como consumidores, produtores ou cidadão não se referem exclusivamente a indivíduos, mas sim a posições sociais com direitos, poderes e deveres socialmente estabelecidos, onde estes indivíduos assumem tais capacidades. Ademais, essas posições sociais pressupõem outras estruturas sociais como, por exemplo, Estado, leis, normas e propriedades privadas. Tentar explicar esses conceitos exclusivamente em termos de indivíduos é inalcançável na prática, uma vez que sempre resultará em outras estruturas sociais veladas. Sendo assim, o valor prático-instrumental do IM é deflagrado, uma vez que qualquer instrumento é inútil sem praticidade.

O caso mais emblemático dessa situação está no modelo Arrow-Debreu de equilíbrio competitivo. De acordo com o próprio Arrow, que se declarava explicitamente leal ao IM, seu modelo pressupõe conceitos sociais irreduzíveis aos indivíduos como empresas (inclusive atuando como se fossem agentes) e preços. Além disso, o autor vai mais fundo ao lembrar que mesmo no caso mais favorável do IM, “a formulação atual do individualismo metodológico é a teoria dos jogos”, e mesmo neste arcabouço matemático,

²¹ Cabe ressaltar que o conceito de estrutura social utilizado no texto, sempre incluirá as instituições e posições sociais. Para maiores esclarecimentos, consultar: Hodgson, Geoffrey (1999) *Structures and Institutions: Reflections on Institutionalism, Structuration Theory and Critical Realism*. In: ‘Realism and Economics’ Workshop at King’s College, Cambridge.

onde “a escolha das ações é totalmente individualistas, (...) as regras do jogo são sociais” (Arrow, p. 4-6, 1994).

Outra tentativa na teoria dos jogos foi realizada por Van Hees (1997). Para o autor, os jogos sequenciais com sub-jogos cujas regras do jogo podem ser alteradas por ações individuais, são práticas fiéis do IM. Ainda neste caso, notamos que as regras são transformadas, mas não criadas pelos indivíduos, isto implica que o jogo inicial possui regras não explicadas em termos individualistas e que as regras posteriores não são apenas resultados individualistas, mas sim da interação dos indivíduos com as regras sociais precedentes. Por fim, o IM também não é condizente com o seu suposto campo matemático, a teoria dos jogos.

É preciso frisar que as tentativas atuais da NEI de endogenizar as entidades sociais, que não sejam os indivíduos, têm padecido também do problema da regressão infinita. Uma pseudo-solução cada vez mais comum é a tentativa de demarcar instituições primárias e secundárias. Aoki (apud Hodgson, 2007, p.217), por exemplo, argumenta que “sempre e inevitavelmente, a análise deve partir de indivíduos além de algumas instituições, no entanto, primitivas”. Com efeito, qualquer explicação social será em termo de indivíduos e instituições primárias. Não é preciso desdobrar nosso argumento para perceber o absurdo desta prática, se a finalidade for preservar o IM. Logo, notamos que essa estratégia renuncia ao objetivo do IM.

A última tentativa de socorrer o IM do seu inevitável declínio enquanto prática é a criação do individualismo institucional. Este último aceita temporariamente explicações nas quais as instituições figuram juntamente com os termos individualistas. Assim, toda explicação contará com a presença de instituições, mas estas precisam ser definidas e, posteriormente, explicadas em termos individualistas. (Boland, p. 38) Deste modo, o individualismo institucional não pode ser encarado como uma vertente do IM, uma vez que permite explicações com instituições não endogenizadas. Com isso, a solução proposta por Boland ao IM resulta implicitamente em seu abandono.

Enfim, mesmo considerando o IM independente do IE e do IO constatamos que o problema da regressão infinita expõe uma dificuldade insolúvel da prática do IM. Contudo, se nos atentarmos para a crítica do problema da regressão infinita ao IM podemos encontrar o lado ontológico que esse problema expõe.

Com a impossibilidade prática do IM, podemos postular a seguinte restrição metodológica: não devemos explicar os fenômenos econômicos e sociais em termos individualistas. Como toda metodologia pressupõe uma epistemologia, este argumento pressupõe a hipótese de que não é possível conhecer os fenômenos econômicos e sociais conhecendo apenas os indivíduos e seus estados psicológicos. Convém destacar que passamos da negação do IM imediatamente para a recusa do IE. Este movimento expõe, por um lado, que este procedimento (IM) não é possível, por outro que sua ineficácia prática está associada a sua incapacidade em adquirir conhecimento social.

A restrição acima, assim como qualquer outra proposição epistemológica, pressupõe uma ontologia. De tal modo, convém indagar: quais são as condições de possibilidade ou de inteligibilidade de tal restrição? Em outras palavras, devemos imaginar quais são as configurações do mundo social para que esta restrição seja possível²². Para que esta restrição epistemológica seja possível, a realidade social precisa consistir de:

- (α) Outras entidades sociais, além dos indivíduos, que possuem propriedades indispensáveis à compreensão dos fenômenos sociais;
- (β) Os atributos dos indivíduos são tais, que é insuficiente para se conhecer os fatos sociais.

Primeiramente, fica claro que as duas proposições acima são inconsistentes com o IO. A visão de mundo pressuposta não tem o indivíduo como o único determinante dos fenômenos sociais e muito menos dotado de qualquer primazia existencial. Assim, seguimos o caminho inverso partindo da negação do IM, fornecida pelo problema da regressão infinita, passando pela recusa do IE e chegando à impossibilidade do IO.

A proposição ontológica α pode indicar, num primeiro momento, a adoção da concepção holista da sociedade. Apesar disso, podemos se afastar do holismo complementando a tese com uma concepção sistêmica (Bunge) ou relacional (Bhaskar) do mundo social. As duas concepções sugerem que as totalidades sociais são indispensáveis, por atuar como o contexto ou ambiente social que restringirá e influenciará as ações individuais. Assim, tanto as totalidades sociais como os indivíduos possuem propriedades causais.

²²

Este procedimento é conhecido como análise transcendental.

De acordo com Bunge (2010, p.189), toda coisa, inclusive pessoas, é um sistema ou um componente de um sistema. Para a biologia o ser humano é um sistema complexo, já nas ciências da sociedade, como a Economia, o ser humano é um componente de sistemas sociais, como famílias, empresas e sociedades. Em suma, as totalidades sociais e seus componentes são interdependentes, mas ambos irreduzíveis um ao outro, de forma que a compreensão da realidade social implica o estudo da relação da totalidade com suas partes.

Já Bhaskar (2001) propõe que todo processo social envolve a atividade humana, seja intencional ou instintiva, mas sempre imersa a um ambiente social, definido em determinado espaço e tempo, que é externo ao agente cognoscente e atua como um dispositivo estimulando as ações. Esta propriedade disposicional das estruturas sociais, a saber, sua capacidade de produzir efeitos nas atividades humanas é suficiente para o critério causal²³ da ciência em atribuir realidade a estrutura social.

Com as propriedades das entidades sociais apresentadas acima, podemos inserir a proposição ontológica β , argumentando que a existência social dos indivíduos tem como condição prévia a existência das estruturas sociais. Assim, de acordo com Bhaskar (2001, p.11):

Toda atividade pressupõe a existência prévia de formas sociais. Considere, portanto, falar, fabricar e fazer como modalidades características da ação humana. As pessoas não podem se comunicar a não ser pela utilização da mídia existente, nem produzir a não ser lançando mão de materiais que já estejam formados, nem tampouco agir se não for em um ou outro contexto. A fala requer a linguagem; a fabricação, materiais; as ações, condições; o agir, recursos; a atividade, regras.

As estruturas sociais ao mesmo tempo em que condicionam, influenciam, restringem, mas não necessariamente determinam as ações dos agentes, também instituem as visões e percepções do contexto social vivido pelos indivíduos (Hodgson, 2009, p.17). A própria individualidade do ser humano é o que é em virtude das relações com outras pessoas e com o ambiente social. Logo, é próprio da constituição dos indivíduos a interação com estruturas sociais.

Em concordância com as exposições acima, o problema da regressão infinita identificado no âmbito metodológico, é a manifestação, em última instância, da debilidade do IO, a saber, a incompreensão de que o indivíduo é um ser social. E, como tal, seus

²³

Este critério usado, por exemplo, para provar a existência de *spins* e campos magnéticos na Física.

atributos são desenvolvidos pela interação do seu sistema psicológico com o ambiente social. Esta feição existencial do indivíduo sugere uma realidade social com uma configuração epistemológica não individualista, onde só é possível conhecer os fenômenos sociais conhecendo os indivíduos em suas interações e relações com as estruturas sociais.

Vale a pena elaborar mais sobre este ponto, dado que nosso objetivo central consiste em indicar a relevância da crítica ao IO e do seu problema resultar, ainda implicitamente, no problema da regressão infinita. Qualquer ontologia que sustentar a existência de apenas um tipo de elemento, desconsiderando suas relações, assim como as propriedades emergentes da totalidade ou dos ambientes em que estes elementos estão inseridos, enfrentará um problema de regressão infinita. Bunge (2000, 2010) tem exposto problemas semelhantes à prática atomista na física, biologia e até mesmo na matemática.

O IO advoga a tese de que só existem indivíduos ou – em casos específicos – aceitam também a existência de totalidades, mas sem propriedades emergentes ou sistêmicas. Sem um conceito consistente de ambiente externo, os processos ficam inteiramente determinados por impulsos internos aos elementos. No caso do mundo social, esses impulsos internos são constituídos por (e ativados em) interações com o ambiente social, e este último é externo e opera como dispositivo estimulando toda, e qualquer tipo de, atividade humana. Neste contexto, a visão de mundo individualista revela-se contraditória, uma vez que reduz todo o social ao indivíduo, ao mesmo tempo em que o próprio indivíduo, como ser social, pressupõe o ambiente social externo.

Este conflito interno ao programa de pesquisa individualista frequentemente se reflete na dimensão metodológica, em parte, por ser a forma mais aparente da prática científica e pela interdição da relação da metodologia com a epistemologia e, principalmente, com a ontologia. Ainda assim, ficam evidentes que os problemas ontológicos do individualismo – a saber, a condição da existência prévia de estruturas sociais – reflete-se no campo epistemológico impossibilitando o conhecimento de qualquer fenômeno ou dinâmica social conhecendo apenas estados psicológicos dos indivíduos. Consequentemente, explicar algum fenômeno social apenas em termos de indivíduos se torna impraticável. Tanto as estruturas sociais como os indivíduos são partes necessárias, mas isoladamente insuficiente de um complexo causal que é imprescindível para a ocorrência dos fenômenos sociais.

5. *Considerações finais*

As reflexões preliminares desenvolvidas neste trabalho expõem os significados do princípio individualista em suas dimensões ontológica, epistemológica e metodológica. Tendo se concentrado no IM, mostramos que tal conceito é bastante influente na Economia, em especial, no *mainstream*. Ademais, foi visto que seu “cinturão protetor” envolve argumentos como: (1) sua maior capacidade prático-instrumental; (2) o indivíduo é o único elemento social observável ou com “acesso direto” na sociedade; (3) o IM é compreendido como consequência lógica do IO.

Fica difícil entender, entretanto, como algo pode ter capacidade prático-instrumental sem poder ser praticado, assim como considerar apenas o observável se todos os saberes científicos modernos, como a física, a química e a biologia, trabalham com objetos não observáveis e até já desenvolveram critérios causais para justificá-los. Além disso, mostramos que IO não consegue oferecer uma visão de mundo consistente, visto que não atribui propriedades emergentes ou sistêmicas a estruturas sociais que são indispensáveis na constituição do indivíduo. Consequentemente, qualquer teoria social não pode ser explicada apenas em termos de indivíduos, de maneira que sempre haverá estruturas sociais interagindo com os indivíduos. Em suma, o problema ontológico do individualismo também se manifesta em nível metodológico no problema da regressão infinita.

Alguns podem acreditar que o IM é apenas uma utopia; porém, esse conceito é mais do que isto, dado que é real, apesar de impraticável, socialmente necessário, apesar de falso, e sobrevive, apesar de ser duramente criticado. Suas tentativas de praticidade, ou contrabandeiam estruturas sociais, imputando-as na “natureza humana” ou tem fornecido significados contraditórios, como no caso do individualismo institucional. Esta situação indica a importância do emblema individualista, uma ideologia forte e persistente.

Explicar fenômenos ou arranjos sociais apenas como resultado da deliberação humana reduz problemas sociais a questões psicológicas. Por outro lado, argumentos em termos de estruturas socioeconômicas, indivíduos e suas diversas interações aumenta a capacidade explanatória da teoria social. Sabendo que as estruturas tem a capacidade de imprimir sistemas de crenças e restrições aos agentes, e estes, sem tomar consciência desta situação, podem reproduzir acriticamente estruturas problemáticas. Um possível exemplo é o próprio programa de pesquisa individualista, que tem atuado como uma estrutura social capaz de induzir uma visão de mundo aos indivíduos. O resultado desta atuação é a

reprodução acrítica de estruturas sociais, cuja sobrevivência está garantida por aparecer como pura preferência individual.

Schumpeter fora enfático ao indicar que as críticas direcionadas ao princípio do IM estavam deslocadas, uma vez que formulou o conceito como isento de relações ontológicas, assim como epistemológicas e, portanto, também isento a estas críticas. Como vimos, o conceito não está isolado destas outras dimensões filosóficas. E é exatamente esta vinculação que torna tal princípio impraticável. Logo, inversamente a epígrafe do trabalho, o questionamento que deixamos é o que os coparticipantes do princípio individualista têm em mente quando o defendem?

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (2004) Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 2. pp. 35-64.
- ARROW, K. J. (1994) *Methodological Individualism and Social Knowledge*. *American Economic Review*, 84(2), May, pp. 1-9.
- BHASKAR, Roy. (2001) *Sociedades*, tradução não publicada, por Moretti e Paes, revisão Duayer, M, a partir do original: *Societies in ARCHER, M ET ALLI. Critical Realism: Essential Readings*. London: Routledge.
- BOLAND, L. (2003) *The Foundations of Economic Method: A Popperian Perspective*. London: Routledge
- BUNGE, M. (2000) *Ten Modes of Individualism – None of Which Works – And Their Alternatives*. *Philosophy of the Social Sciences*, 30(3), pp. 384-406.
- BUNGE, M. (2010) *Caçando a Realidade: a luta pelo realismo*, São Paulo: Perspectiva.
- CONCEIÇÃO, O. (2002) O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas, *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 6(2): 119-146, jul/dez.
- DANERMARK, B.; EKSTROM, M.; JAKOBSEN, L.; KARLSSON, J. (1997) *Explaining Society: Critical Realism in the Social Sciences*. London: Routledge.
- DEQUECH, D. (2002) *The demarcation between the “Old” and the “New” Institutional Economics: Recent Complications*. *Journal of Economic Issues*, vol.34, n.2, p.565-572, jun.
- _____. (2011) Instituições e a Relação entre Economia e Sociologia. *Revista Estudos Econômicos*. Vol 41, Nº 3 - Jul-Set, 599-619.
- _____. (2007-2008) *Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics*. *Journal of Post Keynesian Economics*. v. 30, n. 2, p. 279-302.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCERA, J. P. (2001) A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p.723-783, out.-dez.
- DUAYER, M. (2003) Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental, In: *Congresso de Economia Política*, 8., Florianópolis, jun.
- GRANOVETTER, M. (2007) Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão, *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun.

- HEJDRA, B. J.; LOWENBERG, A. D.; MALLICK, R. J. (1988) '*Marxism, methodological individualism, and the new institutional economies*'. *Journal of Institutional and Theoretical Economics* 144: 296–317.
- HODGSON, G. M. (1997) *Economia e evolução – o regresso da vida à teoria econômica*. Oeiras: Celta Editora.
- _____. (2007) '*Meanings of Methodological Individualism*'. *Journal of Economic Methodology*, vol 14, no 2, pp. 211–226.
- _____. (2009) *Institutional economics into the twenty-first century*. *Studi e Note di Economia*. Ano XIV, n. 1.
- HOOVER, K. (2006) *Microfoundations and the ontology of Macroeconomics*. Conference on Issues in the Philosophy of Economics, University of Alabama, Birmingham.
- KINCAID, H. (2004) *Methodological Individualism and economics, The Elgar Companion to Economics and Philosophy*. In Davis, John B., Marciano, Alain e Runde, Jochen. Cheltenham: Edward Elgar.
- MAZZUCHELLI, F. (2003) Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 137-146, jan./jun.
- PRADO, E. F. S. (2007) *Complexidade: Hayek e Marx*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- SCHUMPETER, J. (1909) "*Methodological Individualism*" (PDF). *Das Wesen und Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie (The Nature and Essence of Theoretical Economics)*. Retrieved 2010-07-02.
- SILVA, M. F. G. (2002) A Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 1 (85), p.109-130.
- THÉRET, B. (2003) As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n.58, p.225-254.
- UDEHN, L. (2001) *Methodological Individualism: Background, History and Meaning*. London and New York: Routledge.
- VAN HEES, M. (1997) *Explaining Institutions: A defense of reductionism*. *European Journal of Political Research* 32: 51-69.